

Apresentação do Dossiê

Francisco Doratioto

Professor Associado no Departamento de História da Universidade de Brasília e Pesquisador do CNPq.

A guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai foi um marco na história política e militar dos países que a travaram, quer por suas consequências nas respectivas sociedades, quer por suas características como a inédita longa duração, as condições em que ela ocorreu e as inovações tecnológicas e táticas que a caracterizaram. A Guerra do Paraguai estendeu-se, para o Brasil, de dezembro de 1864, quando Mato Grosso foi invadido por tropas enviadas por Francisco Solano López até sua derrota e morte em 1º de março de 1870. A Tríplice Aliança foi assinada por Argentina, Brasil e Uruguai em 1º de maio de 1865, após a invasão paraguaia da Província argentina de Corrientes no mês anterior.

Entre abril de 1866, quando o Exército Imperial desembarcou no território paraguaio em Passo da Pátria, até julho de 1868, a guerra desenrolou-se em torno da Fortaleza de Humaitá. Esta encontrava-se localizada uns dez metros acima do nível do Rio Paraguai, numa curva fechada deste, e sua artilharia controlava vários quilômetros dessa via fluvial de acesso à capital paraguaia, Assunção. Do lado terrestre, ela era protegida por uma longa trincheira que estendia-se da margem do rio até a planície e, à sua volta, havia um terreno com profundas lagunas e trechos pantanosos intermediados por bosques cerrados.

A utilização do Rio Paraguai como via de acesso para alcançar Assunção era parte essencial da estratégia militar aliada. Em resposta ao desafio de fazer operações fluviais e de ultrapassar Humaitá, a Marinha Imperial desenvolveu um projeto para a construção de belonaves próprias para essa ação – os monitores – analisado por Carlos André Lopes da Silva no artigo “Aspectos do desenvolvimento dos monitores na Guerra da Tríplice Aliança”. Em “A segunda passagem de Humaitá”, Aldeir Isael Faxina Barros contextualiza as ações da Marinha Imperial contra a fortaleza e demonstra os objetivos e consequências da segunda passagem de Humaitá, em 20 de julho de 1868. Leandro José Clemente Gonçalves descreve e faz uma reflexão sobre as operações militares em “Da Batalha de Curuzu à queda de Humaitá (1866-1868)”. Eduardo Nakayama, por sua vez, fundamenta-se em documentação paraguaia para questionar a interpretação predominante na historiografia brasileira de que

os oficiais brasileiros Villagrán Cabrita e Hermenegildo Portocarrero tenham participado da concepção ou construção de Humaitá. Esta, afirma Nakayama, foi iniciada em 1855 após o surgimento de divergências entre o Império do Brasil e o Paraguai.

Humaitá era o epicentro de um sistema defensivo, no qual havia outras posições fortificadas com artilharia às margens do Rio Paraguai. Nesse limitado espaço geográfico, travou-se, entre maio de 1866 e final de julho de 1867, uma guerra basicamente de trincheiras, de posição. Tratava-se de uma nova realidade para os chefes militares, pois até então as guerras na região tinham sido de movimento, decididas basicamente pela cavalaria e artilharia em batalhas campais decisivas. A posição defensiva das Forças paraguaias deu-lhe grande vantagem sobre todas as ofensivas desencadeadas contra as suas posições. Os contratemplos aliados foram explorados por outra novidade que foi a propaganda de guerra paraguaia, para fortalecer o moral dos seus soldados, feita por meio da publicação “*Cabichuí*”, analisada por Sérgio William de Castro Oliveira no artigo “A vespa de Humaitá”.

Em 22 de julho de 1867, o Marquês de Caxias iniciou um movimento tático pondo fim à imobilidade aliada, que foi a “marcha de flanco” de Humaitá, com a finalidade de contorná-la e encontrar um ponto vulnerável por onde atacá-la. Nesse movimento, as Forças aliadas alcançaram a margem do Rio Paraguai acima de Humaitá, isolando-a por terra, mas a posição somente foi ocupada em julho de 1868, após um cerco que obrigou as Forças paraguaias a evacuarem-na. Esses dois anos de operações militares aliadas até se conseguir ultrapassar e ocupar Humaitá explicam as repercussões desse esforço também no plano político e no imaginário dos cidadãos dos países envolvidos na Guerra do Paraguai. São objetos de sofisticada análise no artigo “Não havia um coração que não fosse presa de mais desencontrados sentimentos”, de Fernanda Deminicis de Albuquerque e Marcelo José Gomes Loureiro, a prática da guerra, o discurso civilizatório a ela associado e a repercussão na concepção estética do quadro “A passagem de Humaitá”, pintado por De Martino. Em “As narrativas visuais sobre a Guerra do Paraguai no *Diabo Coxo*”, Sandra de Cássia Araújo Pellegrini e Danilo Aparecido Champan Rocha analisam como as caricaturas desse periódico apresentaram ao público de São Paulo os desafios da guerra no período entre 1864 e 1865. Já Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos, no artigo “Uma polka dedicada a um bravo Oficial da Armada Brasileira”, composta em 1868, faz uma reflexão sobre a guerra vista pela arte e analisa como a música contribuiu para a construção de heróis nacionais.

A diversidade de temas e das análises dos artigos do dossiê “150 anos da Passagem de Humaitá” demonstram a importância dessa fortaleza na compreensão da Guerra do Paraguai e para a construção da memória do conflito.